



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



**Receita Federal**

**Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros**

**Demonstrativo dos Gastos Tributários  
Bases Efetivas – 2018  
Série 2016 a 2021**

**MARÇO/2021**

**MINISTRO DA ECONOMIA**

Paulo Roberto Nunes Guedes

**SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

José Barroso Tostes Neto

**CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS**

Claudemir Rodrigues Malaquias

**COORDENADOR DE PREVISÃO E ANÁLISE**

Marcelo de Mello Gomide Loures

**Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária  
Bases Efetivas – Ano calendário 2018  
Série 2016 a 2021**

**Equipe Técnica**

Artur Monteiro Prado Fernandes

Carlos Eduardo Silva Rego

Fernando Brandão Carreira

Phelippe Machado Marques

Rafael Praciano Garcia

Wilson Massatoshi Kitazawa

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

Esplanada dos Ministérios, BL. P

Edifício Sede do Ministério da Fazenda, 6º andar, sala 602

Brasília – DF CEP - 70.048-900

Brasil

Tel.: (061) 3412.2633 / 3412-2634

## Sumário

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	4
<b>CONCEITO DE GASTO TRIBUTÁRIO</b> .....	4
<b>INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	5
<b>FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	6
<b>FONTES DE INFORMAÇÃO E METODOLOGIAS UTILIZADAS NO CÁLCULO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS</b> .....	8
<b>INCLUSÕES, ENCERRAMENTOS E PRORROGAÇÕES DE GASTOS TRIBUTÁRIOS</b> .....	9
<b>ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS</b> .....	9
<b>ESTIMATIVAS E ANÁLISE DOS VALORES</b> .....	10
QUADRO XXXIII – EVOLUÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS, EM VALORES ABSOLUTOS.....	13
QUADRO XXXIV - EVOLUÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS EM RELAÇÃO À CARGA TRIBUTÁRIA E AO PIB, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	13
QUADRO XXXV - EVOLUÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS EM RELAÇÃO AO PIB E À ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	14
QUADRO XXXVI – COMPARATIVO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DIRETO, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	15
QUADRO XXXVII – COMPARATIVO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS EM RELAÇÃO A OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, EM TERMOS PERCENTUAIS. ....	16
QUADRO XXXVIII – DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DOS MAIORES GASTOS TRIBUTÁRIOS, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	17
QUADRO XXXIX – DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DOS MAIORES GASTOS TRIBUTÁRIOS, SEGREGADOS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	18
QUADRO XL – DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DOS PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS, SEGREGADOS PELA FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDÚSTRIA, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	19
QUADRO XLI – DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DOS PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS, SEGREGADOS POR TRIBUTOS, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	20
QUADRO XLII – DEMONSTRAÇÃO GRÁFICA DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS, SEGREGADOS POR REGIÃO GEOGRÁFICA, ARRECADAÇÃO E PIB REGIONAIS, EM VALORES ABSOLUTOS E PERCENTUAIS. ....	21
QUADRO XLIII - GASTOS TRIBUTÁRIOS – QUANTITATIVO DE GASTOS TRIBUTÁRIOS VIGENTES A PARTIR DE 2018. ....	22
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	23
<b>ANEXO I - GASTOS TRIBUTÁRIOS – IDENTIFICAÇÃO, INCLUSÕES, EXCLUSÕES E PRORROGAÇÕES</b> .....	24
QUADRO XLIV - GASTOS TRIBUTÁRIOS IDENTIFICADOS (PERÍODO: 2016 EM DIANTE) .....	25
QUADRO XLV – GASTOS TRIBUTÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS (PERÍODO: 2016 EM DIANTE) .....	45
QUADRO XLVI - GASTOS TRIBUTÁRIOS INCLUÍDOS NESTE DEMONSTRATIVO.....	48
QUADRO XLVII - GASTOS TRIBUTÁRIOS ENCERRADOS EM 2018 (FIM DA VIGÊNCIA LEGAL) .....	49
QUADRO XLVIII - GASTOS TRIBUTÁRIOS PRORROGADOS A PARTIR DE 2019 .....	50
<b>CONTROLE DE VERSÕES</b> .....	53

**DEMONSTRATIVO DOS GASTOS GOVERNAMENTAIS INDIRETOS  
DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

**BASES EFETIVAS – ANO CALENDÁRIO 2018  
Série 2016 a 2021**

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O objetivo deste demonstrativo é estimar a perda de arrecadação decorrente da concessão de benefícios de natureza tributária (gastos tributários) e, desse modo, dar maior transparência às políticas fiscais e aos tratamentos diferenciados existentes, bem como subsidiar os formuladores de políticas públicas e possibilitar aos cidadãos visualizar a alocação dos recursos públicos e a distribuição da carga tributária.

O Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (DGT) é elaborado em cumprimento:

- a) ao parágrafo 6º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelece a obrigação do Poder Executivo de apresentar demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia; e,
- b) o inciso II do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece que o projeto de lei orçamentária anual (LOA) será acompanhado de documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, bem como das medidas de compensação de renúncias de receita e do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

**CONCEITO DE GASTO TRIBUTÁRIO**

Para a Receita Federal do Brasil, Gastos tributários são gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, visando a atender objetivos econômicos e sociais e constituem-se em uma exceção ao Sistema Tributário de Referência -

STR<sup>1</sup>, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Cabe lembrar que o conceito de Gasto Tributário utilizado pela Receita Federal teve como referência os critérios adotados por países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como as recomendações e melhores práticas divulgadas pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT). Mais informações podem ser encontradas página referente ao **conceito de Gasto Tributário**<sup>2</sup> na área **Dados Abertos** do site da Receita Federal.

## INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

Do ponto de vista metodológico, para a apuração dos gastos tributários, A Receita Federal realiza uma mensuração individualizada dos itens (cerca de trezentos) que compõem os Demonstrativos de Gastos Tributários produzidos anualmente. Essa tarefa, além de depender da identificação das medidas que se enquadram no conceito de gasto tributário, requer o emprego de certas premissas, suposições e critérios. Diferentemente da arrecadação, os valores dos tributos que deixam de ser arrecadados, em decorrência dos gastos tributários, não podem ser observados diretamente. Por essas razões, as mensurações apresentadas neste demonstrativo têm natureza de estimativas, projeções ou previsões.

Dito isso, a Receita Federal do Brasil utiliza, para mensuração desse tipo de renúncia fiscal, o método de “perda de arrecadação”<sup>3</sup>, que é o método de cálculo mais utilizado entre os países da OCDE. Mais informações acerca do tema estão disponibilizadas na página referente a **Informações Metodológicas**<sup>4</sup> na área **Dados Abertos** do site da Receita Federal.

---

1 Estrutura de referência a qual os desvios são identificados e classificados como Gastos Tributários. Para mais informações, acesso o seguinte link: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/conceito-de-gasto-tributario>.

2 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/conceito-de-gasto-tributario>.

3 Método que, resumidamente, simula uma tributação normal sobre o volume das operações desoneradas que efetivamente ocorreram ou esperadas para o futuro, mantendo os demais fatores constantes. Por definição, não leva em consideração as alterações de comportamento dos contribuintes.

4 [https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/Informacoes\\_metodologicas](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/Informacoes_metodologicas)

## FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As estimativas propriamente ditas estão dispostas por quadros em forma de planilha eletrônica, a qual está disponibilizada também nos **Dados Abertos** (Gastos Tributários – Bases Efetivas<sup>5</sup>) do site da RFB.

Nos Quadros I a X, constam os valores dos gastos são discriminados por função orçamentária e por tributo, consolidados por região geográfica do país e comparados com os valores do Produto Interno Bruto – PIB e da Receita Administrada pela Receita Federal.

Por sua vez, nos Quadros XI a XXV, são dispostos os valores da renúncia por tributo e por modalidade de gasto. Já nos quadros XXVI a XXXII, a Receita Federal demonstra as estimativas obtidas para a série 2016 a 2021.

Por fim, no Quadros XXXIII a XLV, apresentados neste Documento, são disponibilizadas informações gráficas e comparativos acerca dos Gastos Tributários.

Segue abaixo a lista dos quadros apresentados:

### 1. Gastos Tributários – Bases Efetivas 2018

- 1.1. Quadro I - Por Função Orçamentária – Regionalizado - Valores Nominais;
- 1.2. Quadro II - Por Função Orçamentária – Regionalizado - Razões Percentuais;
- 1.3. Quadro III - Por Função Orçamentária e Por Modalidade De Gasto;
- 1.4. Quadro IV - Por Função Orçamentária e Por Gasto Tributário – Regionalizado;
- 1.5. Quadro V – Consolidação Por Função Orçamentária;
- 1.6. Quadro VI – Consolidação Por Tipo De Tributo - Valores Nominais E Percentuais;
- 1.7. Quadro VII - Por Tipo De Tributo E Por Gasto Tributário;
- 1.8. Quadro VII - Regional - Por Tipo De Tributo e Por Gasto Tributário – Regionalizado;
- 1.9. Quadro VIII – Regionalização Por Tipo De Tributo – Valores Nominais;
- 1.10. Quadro IX - Regionalização Por Tipo De Tributo – Razões Percentuais;
- 1.11. Quadro X - Principais Gastos Tributários;
- 1.12. Quadro XI - Imposto Sobre Importação – II;

---

5 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-bases-efetivas>

- 1.13. Quadro XII - Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF;
- 1.14. Quadro XIII - Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;
- 1.15. Quadro XIV - Imposto de Renda Retido Na Fonte – IRRF;
- 1.16. Quadro XV - Imposto Sobre Produtos Industrializados – Operações Internas – IPI-INTERNO;
- 1.17. Quadro XVI - Imposto Sobre Produtos Industrializados – Vinculado à Importação – IPI-VINCULADO;
- 1.18. Quadro XVII - Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF;
- 1.19. Quadro XVIII - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;
- 1.20. Quadro XIX - Contribuição Social Para o PIS-PASEP;
- 1.21. Quadro XX - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- 1.22. Quadro XXI - Contribuição p/ Financiamento Seguridade Social – COFINS;
- 1.23. Quadro XXII - Contribuição de Intervenção No Domínio Econômico – CIDE;
- 1.24. Quadro XXIII - Adicional ao Frete Para Renovação Da Marinha Mercante – AFRMM;
- 1.25. Quadro XXIV - Contribuição Para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE;
- 1.26. Quadro XXV - Contribuição Para a Previdência Social.

## **2. Gastos Tributários – Período 2016 a 2021**

- 2.1. Quadro XXVI - Por Tipo de Tributo e Gasto Tributário – 2015 a 2020;
- 2.2. Quadro XXVII - Por Função Orçamentária e Modalidade de Gasto – Regionalizado – 2015;
- 2.3. Quadro XXVIII - Por Função Orçamentária e Modalidade de Gasto – Regionalizado – 2016;
- 2.4. Quadro XXIX - Por Função Orçamentária e Modalidade de Gasto – Regionalizado – 2017;
- 2.5. Quadro XXX - Por Função Orçamentária e Modalidade de Gasto – Regionalizado – 2018;
- 2.6. Quadro XXXI - Por Função Orçamentária e Modalidade de Gasto – Regionalizado – 2019;
- 2.7. Quadro XXXII - Por Função Orçamentária e Modalidade de Gasto – Regionalizado – 2020.

## **3. Gastos Tributários – Análise Gráfica dos Resultados e Comparativos**

- 3.1. Quadro XXXIII – Evolução dos gastos tributários, em valores absolutos.
- 3.2. Quadro XXXIV - Evolução dos gastos tributários em relação à carga tributária e ao PIB, em valores absolutos e percentuais.
- 3.3. Quadro XXXV - Evolução dos gastos tributários em relação à arrecadação tributária e ao PIB, em valores absolutos e percentuais.
- 3.4. Quadro XXXVI – Comparativo dos gastos tributários em relação ao orçamento direto, em valores absolutos e percentuais.
- 3.5. Quadro XXXVII - Comparativo dos gastos tributários em relação ao orçamento direto, em valores absolutos e percentuais.
- 3.6. Quadro XXXVIII – Comparativo dos gastos tributários em relação a outros países da América Latina, em termos percentuais.
- 3.7. Quadro XXXIX – Demonstração gráfica dos maiores gastos tributários, em valores absolutos e percentuais.
- 3.8. Quadro XL – Demonstração gráfica dos maiores gastos tributários, segregados por função orçamentária, em valores absolutos e percentuais.
- 3.9. Quadro XLI – Demonstração Gráfica dos Principais Gastos Tributários, segregados pela Função Orçamentária Indústria, em valores absolutos e percentuais.
- 3.10. Quadro XLII – Demonstração Gráfica dos Principais Gastos Tributários, segregados por tributo, em valores absolutos e percentuais.
- 3.11. Quadro XLIII – Demonstração Gráfica dos Principais Gastos Tributários, segregados por tributo, em valores absolutos e percentuais.
- 3.12. Quadro XLIV – Demonstração Gráfica dos Gastos Tributários, segregados por região geográfica, arrecadação e PIB, em valores absolutos e percentuais.
- 3.13. Quadro XLV - Gastos Tributários – Quantitativo de gastos tributários vigentes a partir de 2017.

## **FONTES DE INFORMAÇÃO E METODOLOGIAS UTILIZADAS NO CÁLCULO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS**

As medições dos gastos tributários são realizadas a partir de dados de fontes internas e externas, provenientes de declarações, escriturações, processos, cadastros, documentos de arrecadação e relatórios estatísticos. Idealmente, buscam-se fontes de informações que possam identificar os montantes efetivos dos fatos geradores desonerados, que seriam a base de cálculo para a apuração dos tributos.



No Quadro XLIV do ANEXO I, são apresentados os gastos tributários identificados a partir de 2016, segundo a legislação vigente até fevereiro de 2021, com os respectivos tributos envolvidos. Lembrando que as fontes de informação utilizadas para o cálculo de cada Gasto Tributário, os motivos para o enquadramento da renúncia como Gasto Tributário, bem como as metodologias aplicadas, encontram-se publicadas na área **Dados Abertos**<sup>6</sup> do site da Receita Federal do Brasil.

## **GASTOS TRIBUTÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS (NI)**

Neste Demonstrativo, existem itens referenciados pela sigla “**ni**”, que significa que determinado Gasto Tributário não teve seu valor identificado.

O motivo pelo qual não foram demonstradas estimativas de renúncia para esses itens foi a carência de informações necessárias para efetuar cálculos com aceitável nível de confiabilidade. Estes gastos tributários estão apresentados no Quadro XLV do ANEXO I.

## **INCLUSÕES, ENCERRAMENTOS E PRORROGAÇÕES DE GASTOS TRIBUTÁRIOS**

Segundo a legislação em vigor até fevereiro de 2021, são listados, também no ANEXO I, os gastos tributários que foram incluídos neste Demonstrativo (Quadro XLVI); os que tiveram os cálculos encerrados em 2018 devido ao fim da vigência legal (Quadro XLVII) e, por fim, no QUADRO XLVIII, são apresentados os que tiveram seu prazo de vigência prorrogado a partir de 2018.

## **ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS**

Nesta seção são apontados os gastos tributários para os quais houve aperfeiçoamento metodológico do cálculo, alterações na legislação de referência que provocaram ampliação ou redução dos benefícios e outros fatores que causaram impacto relevante no montante da renúncia estimada.

### **1. Biodiesel**

---

6 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal>.

O cálculo do valor da renúncia referente ao PIS/PASEP e à COFINS do Gasto Tributário Biodiesel teve a sua fonte de dados atualizada a fim de refletir com maior precisão as desonerações fiscais suportadas pelas políticas públicas dedicadas ao setor.

## **2. Inovação Tecnológica**

O cálculo do valor da renúncia referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI do Gasto Tributário Inovação Tecnológica teve a sua metodologia alterada. Com efeito, passou-se a considerar as informações tributárias prestadas pelos próprios contribuintes, não mais fontes de informações obtidas externamente. Com a mudança, elevou-se a transparência em relação à dimensão da renúncia fiscal concedida a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

### **ESTIMATIVAS E ANÁLISE DOS VALORES**

Na planilha eletrônica referente a este Demonstrativo, a qual encontra-se publicada na área referente a Gastos tributários – Bases Efetivas<sup>7</sup> do site da Receita Federal, são apresentadas as estimativas dos gastos tributários calculadas com base nos dados efetivos do ano calendário de 2018, estruturado em 25 (vinte e cinco) quadros.

No mesmo arquivo, nos Quadros XXVI a XXXII, apresentam-se informações sobre os gastos tributários no período de 2016 a 2021, com base em dados efetivos e projeções mais recentes.

Por sua vez, nos Quadros XXXIII a XLV, dispostos neste Documento, são disponibilizadas informações gráficas acerca dos gastos tributários, como evolução deste tipo de renúncia ao longo do tempo, impacto fiscal das desonerações mais relevantes, além de comparativos tanto do ponto de vista interno quanto externo.

Nomenclatura utilizada nesse relatório:

- Estimativa: representa o montante estimado do gasto tributário, com base em metodologia pré-definida, aplicada sobre uma base de dados conhecidos.
- Projeção: refere-se à projeção para anos subsequentes das estimativas, pela aplicação de índices que refletem os parâmetros macroeconômicos oficiais.

---

7 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-bases-efetivas>.

## **Análise dos valores estimados**

O gasto tributário para o ano de 2018 foi estimado em R\$ **310,52** bilhões, representando **4,43%** do Produto Interno Bruto e **22,74%** das receitas administradas pela RFB. Esse valor representa uma **elevação nominal** de **7,84%** em relação às renúncias estimadas para o ano anterior em bases efetivas. Essas informações estão dispostas no Quadro VI da planilha eletrônica<sup>8</sup> referente a este Demonstrativo.

Os efeitos regionais da renúncia tributária podem ser observados no Quadro II deste mesmo arquivo. Verifica-se que as regiões Sudeste e Sul obtiveram as maiores participações dos benefícios, com **48,98%** e **15,86%** respectivamente.

O Quadro II também permite comparar a renúncia tributária estimada por região com a respectiva arrecadação prevista, para o ano de 2018. Diferentemente do ano anterior, verificou-se que a região sudeste possui a menor renúncia tributária em relação à sua arrecadação (**17,24%**). As regiões Norte e Nordeste possuem os maiores percentuais de participação da renúncia em relação às suas respectivas arrecadações, com **116,67%** e **41,33%** respectivamente.

Sob a ótica orçamentária, no exercício de 2018, a previsão dos gastos tributários apontou uma concentração de **78,35%** do valor dos gastos em 5 funções orçamentárias de governo, são elas: Comércio e Serviço (**25,0%**); Saúde (**17,11%**); Trabalho (**13,56%**); Agricultura (**11,50%**); e Indústria (**11,17%**), conforme o Quadro V da planilha. Comparando-se com o DGT anterior em bases efetivas, houve uma inversão em relação às funções orçamentárias Indústria e Agricultura.

Já os Quadros VI e VII permitem observar que a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição Previdenciária são os tributos que concentram a maior parte dos gastos tributários. Os gastos relativos à COFINS representam **22,31%** do total e **0,99%** do PIB; os da Contribuição Previdenciária, **19,70%** do total e **0,87%** do PIB, seguidos do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF: **16,81%** do total e **0,75%** do PIB.

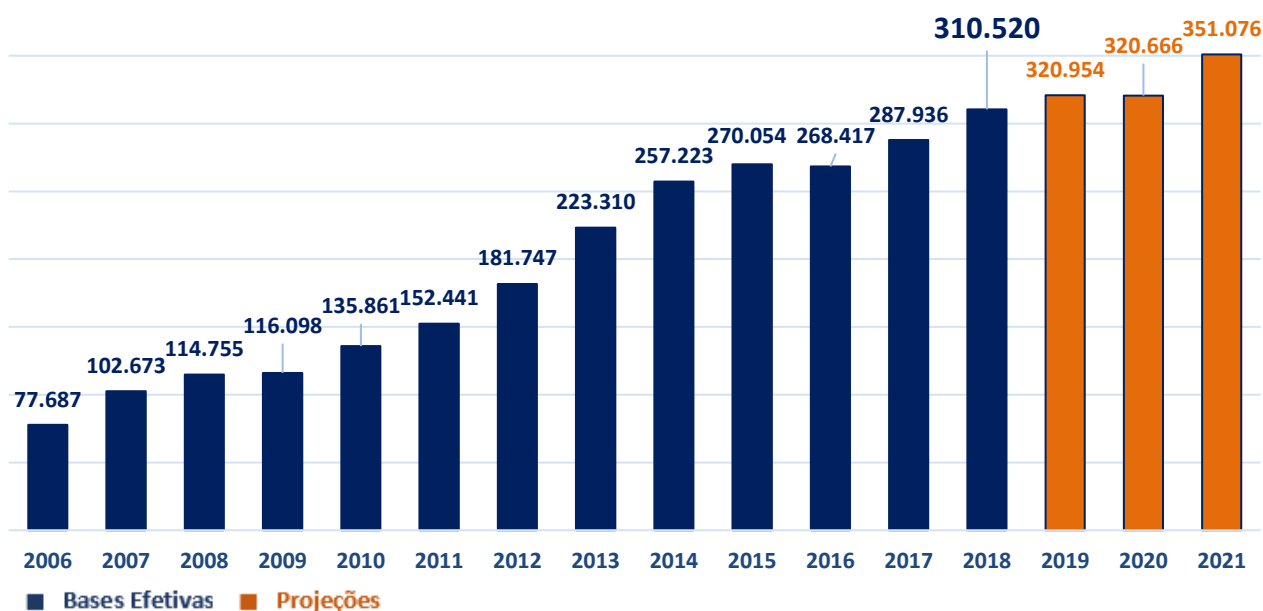
---

8 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/renuncia-fiscal/demonstrativos-dos-gastos-tributarios/gastos-tributarios-bases-efetivas>

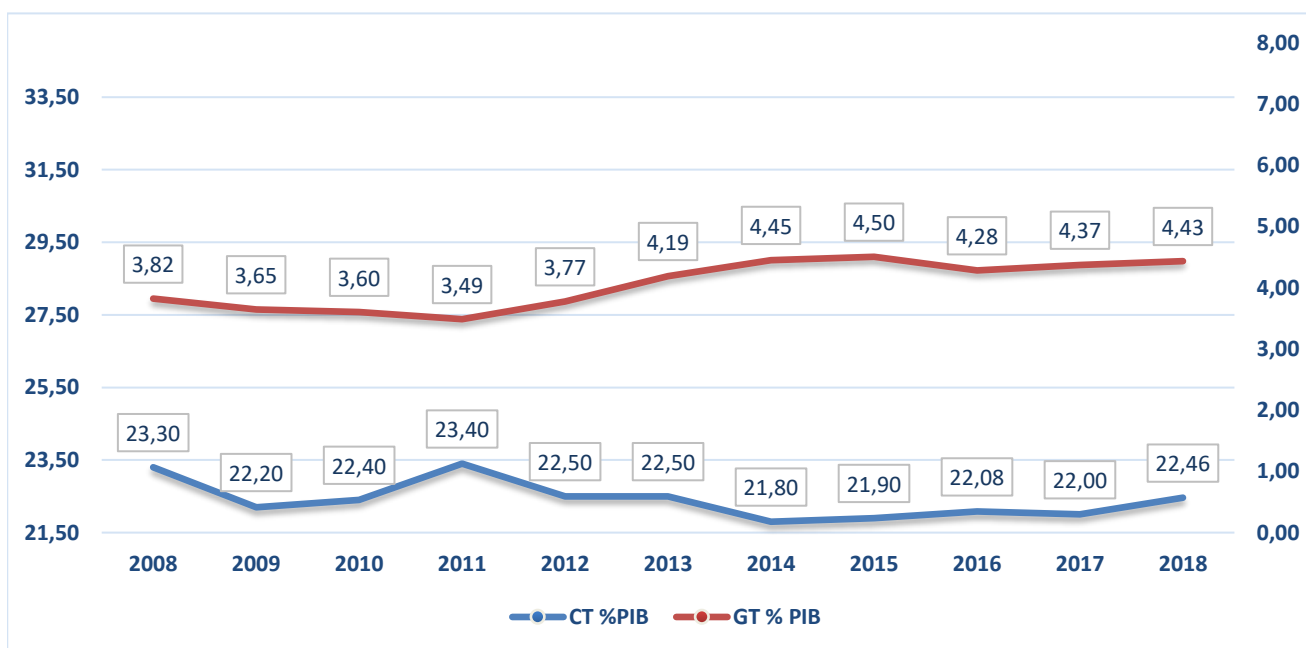
Por fim, o Quadro X, apresentado também na planilha publicada, demonstra que o Simples Nacional continua como o gasto tributário de maior participação no valor total **(23,14%)**, seguido pela Agricultura e Agroindústria **(9,88%)**, Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF **(9,84%)**, Entidades sem fins lucrativos – imunes e isentas **(8,87%)**, e Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio **(8,49%)**.

**QUADRO XXXIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**EVOLUÇÃO EM VALORES ABSOLUTOS**

R\$ milhões



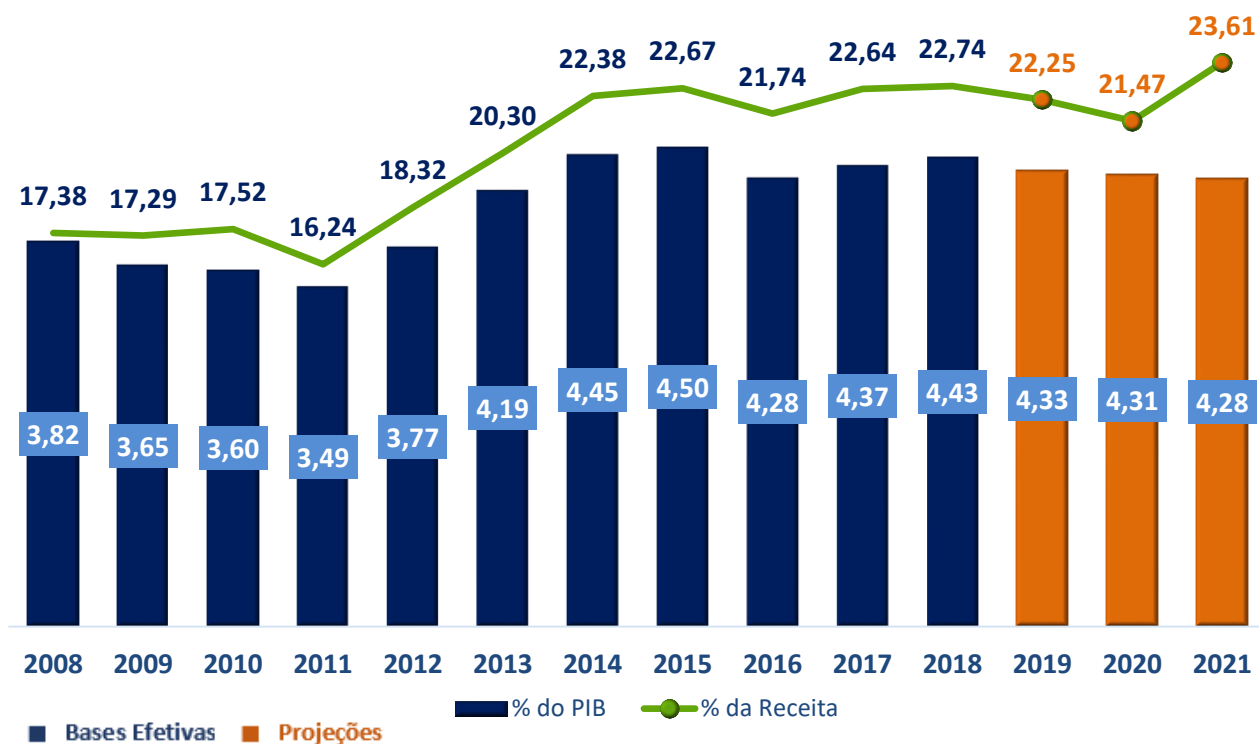
**QUADRO XXXIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**EVOLUÇÃO EM VALORES ABSOLUTOS EM RELAÇÃO À CARGA TRIBUTÁRIA E AO PIB\***



\* Somente tributos federais

Fonte: RFB - CTB 2018

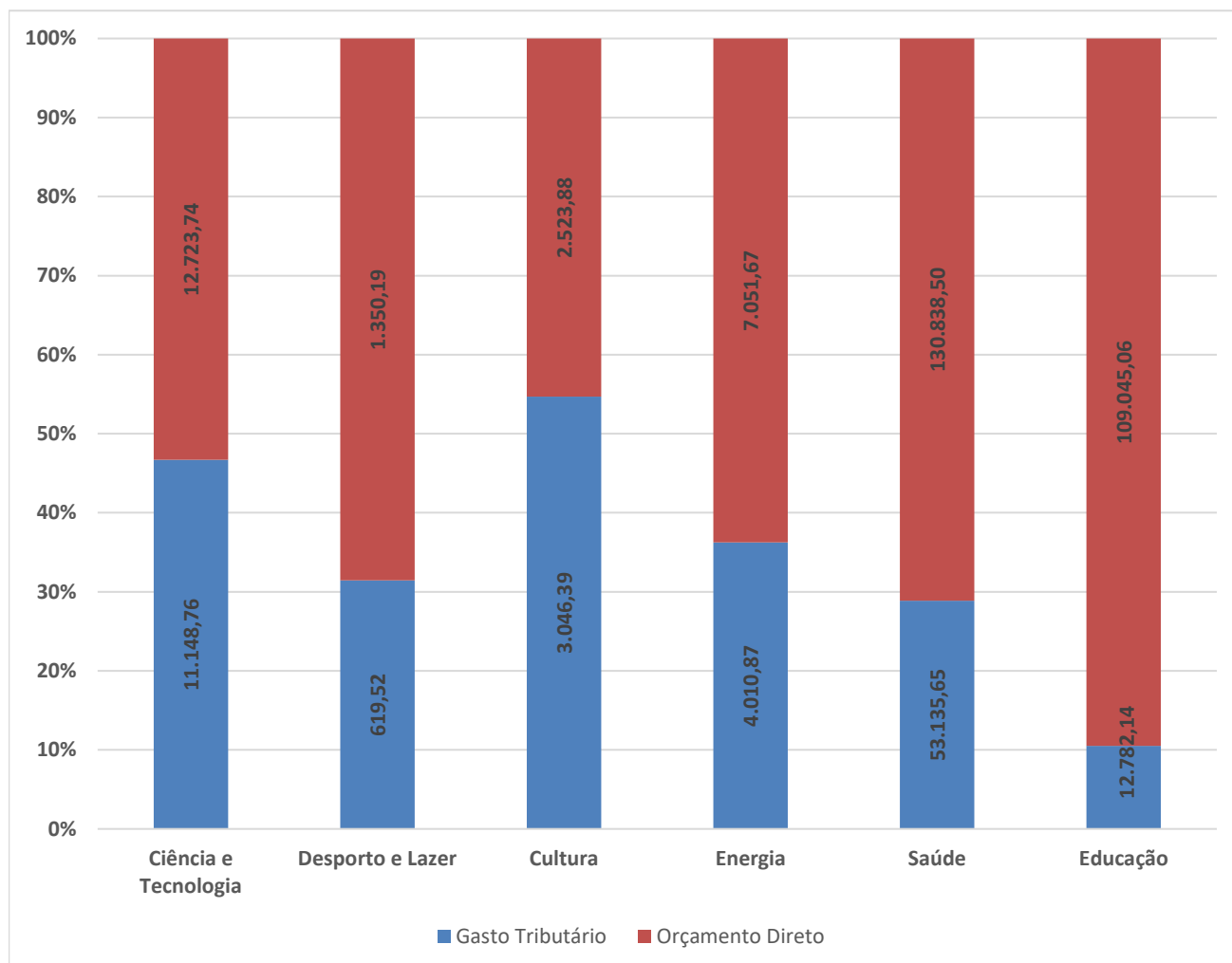
**QUADRO XXXV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**EVOLUÇÃO EM % DO PIB E DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA**



R\$ milhões

Período	PIB	Arrecadação	Gasto Tributário	Part. %	
				Na Receita	No PIB
2008	3.004.881,00	660.201,04	114.755,17	17,38	3,82
2009	3.185.125,37	671.613,68	116.097,99	17,29	3,65
2010	3.770.084,87	775.603,09	135.860,98	17,52	3,60
2011	4.373.658,00	938.928,92	152.440,74	16,24	3,49
2012	4.814.760,00	992.088,61	181.747,13	18,32	3,77
2013	5.331.619,00	1.100.178,21	223.310,47	20,30	4,19
2014	5.778.952,00	1.149.166,17	257.223,37	22,38	4,45
2015	5.995.787,00	1.191.239,84	270.054,26	22,67	4,50
2016	6.269.328,00	1.234.796,82	268.417,39	21,74	4,28
2017	6.585.479,00	1.271.659,01	287.936,18	22,64	4,37
2018	7.004.141,00	1.365.279,57	310.519,88	22,74	4,43
2019	7.407.024,00	1.442.735,61	320.953,98	22,25	4,33
2020	7.447.858,00	1.493.732,56	320.666,37	21,47	4,31
2021	8.207.850,00	1.486.996,69	351.075,51	23,61	4,28

**QUADRO XXXVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**COMPARATIVO - GASTO TRIBUTÁRIO X ORÇAMENTO DIRETO**

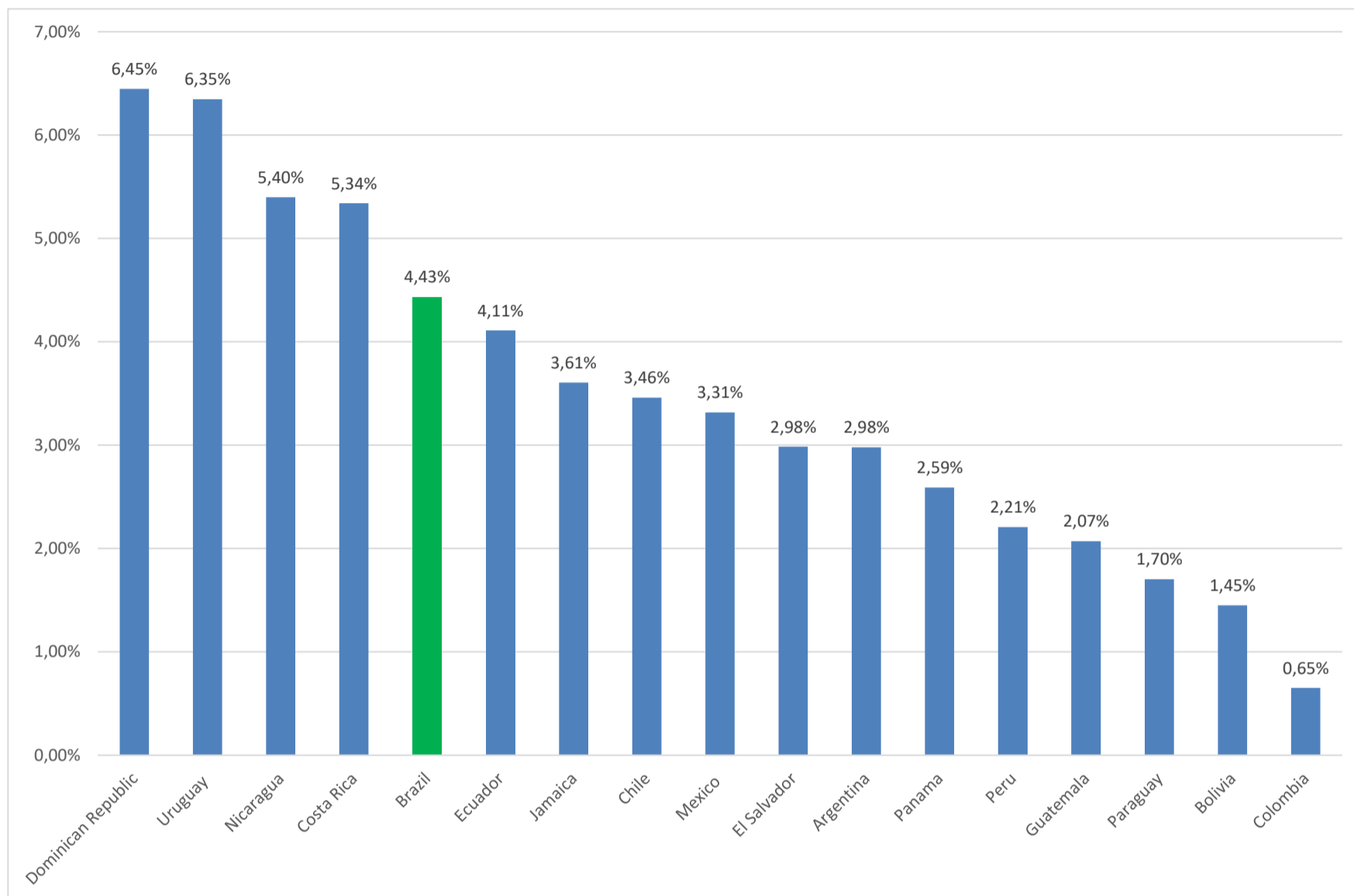


R\$ Milhões

Função Orçamentária	Gasto Tributário	Orçamento Ministerial*	% GT/Orçamento Ministerial
Ciência e Tecnologia	11.148,76	12.723,74	87,62%
Desporto e Lazer	619,52	1.350,19	45,88%
Cultura	3.046,39	2.523,88	120,70%
Energia	4.010,87	7.051,67	56,88%
Saúde	53.135,65	130.838,50	40,61%
Educação	12.782,14	109.045,06	11,72%

\* Fonte: Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão Orçamentário - Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018.

**QUADRO XXXVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**COMPARATIVO GASTOS TRIBUTÁRIOS EM % DO PIB - PAÍSES DA AMÉRICA LATINA**



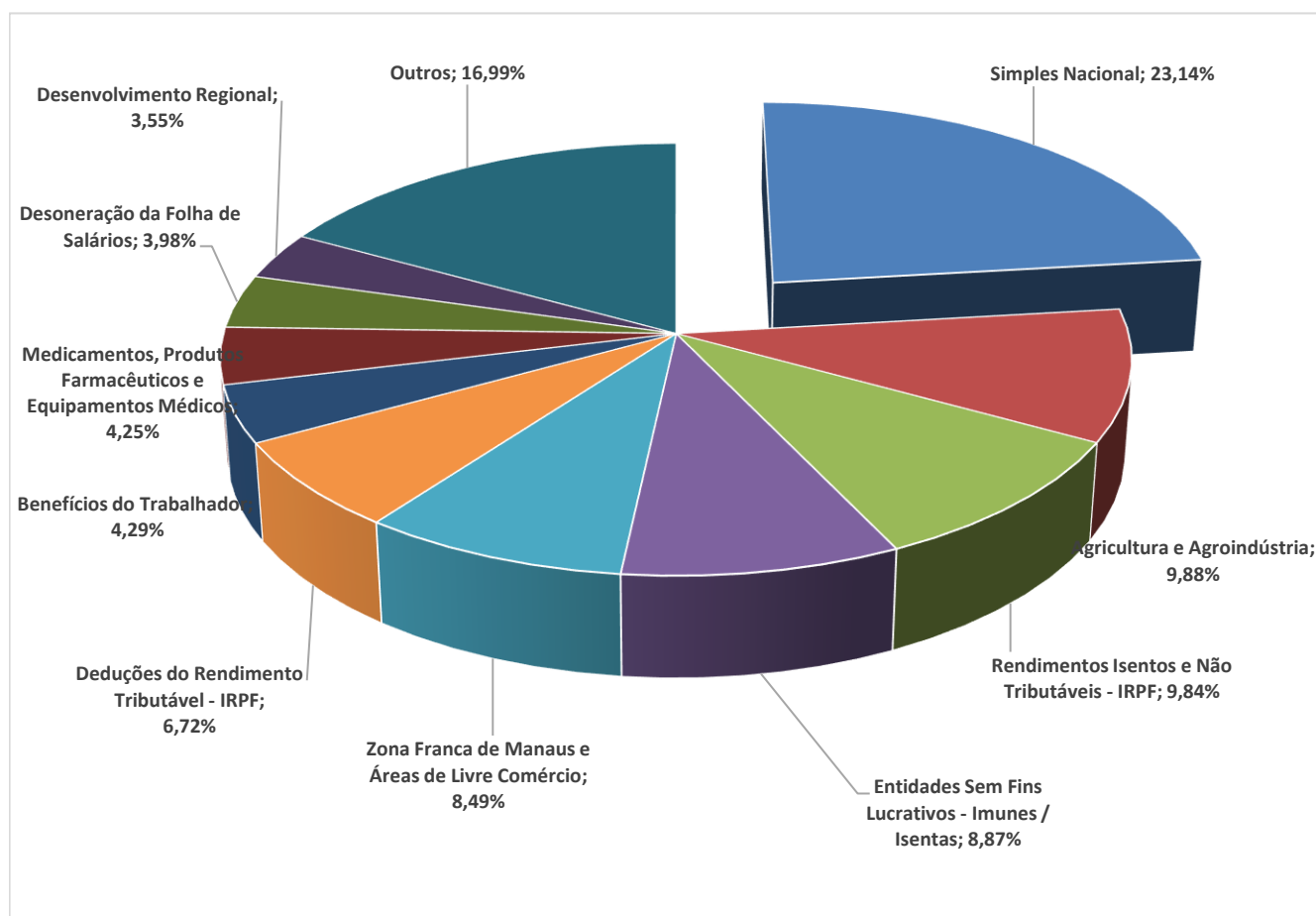
País	t=último Ano	% PIB
Dominican Republic	2017	6,45%
Uruguay	2014	6,35%
Nicaragua	2013	5,40%
Costa Rica	2016	5,34%
<b>Brazil</b>	<b>2018</b>	<b>4,43%</b>
Ecuador	2014	4,11%
Jamaica	2016	3,61%
Chile	2017	3,46%
Mexico	2018	3,31%
El Salvador	2013	2,98%
Argentina	2017	2,98%
Panama	2012	2,59%
Peru	2017	2,21%
Guatemala	2016	2,07%
Paraguay	2016	1,70%
Bolivia	2013	1,45%
Colombia	2014	0,65%
<b>Média</b>		<b>3,53%</b>

\* Fonte: TEDLAC 2018 - Inter-American Center of Tax Administrations - CIAT

\*\* Os números apresentados são uma referência. Cada país possui a sua metodologia para o cálculo dos gastos tributários.

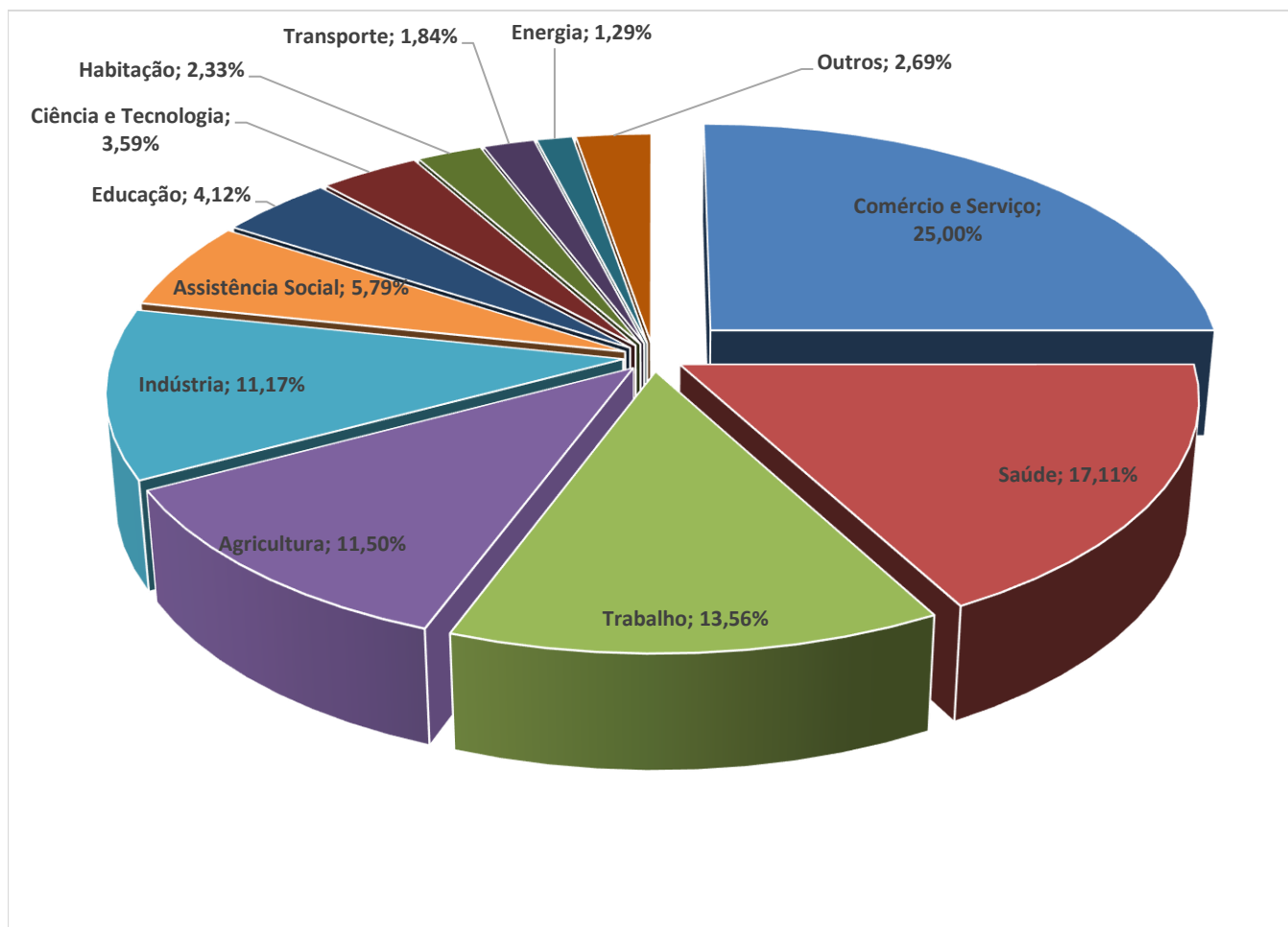


**QUADRO XXXVIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**MAIORES GASTOS TRIBUTÁRIOS**



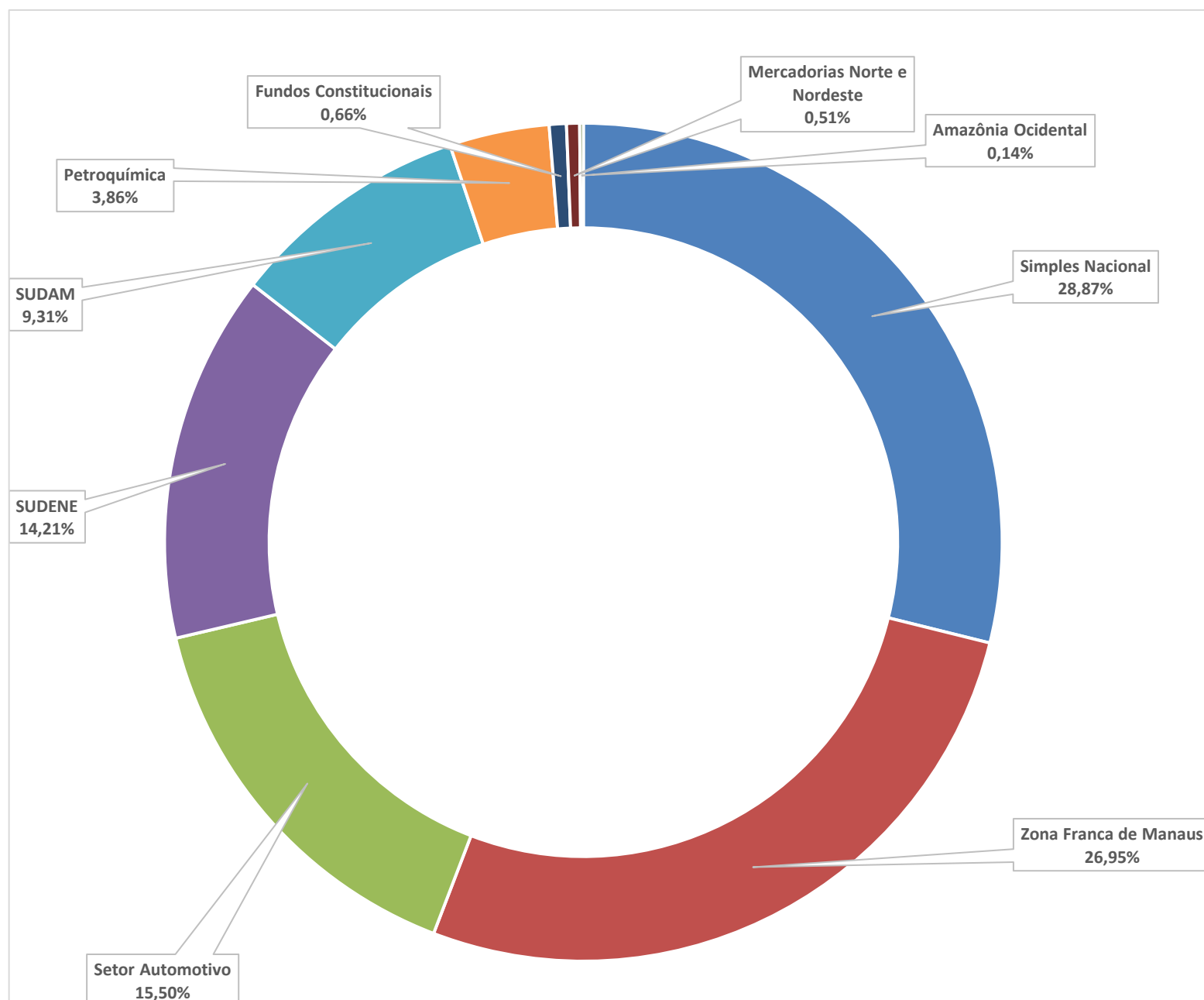
R\$ milhões		
<b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>	<b>VALOR</b>	<b>%</b>
Simples Nacional	71.853	23,14%
Agricultura e Agroindústria	30.686	9,88%
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	30.543	9,84%
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	27.550	8,87%
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	26.367	8,49%
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	20.870	6,72%
Benefícios do Trabalhador	13.306	4,29%
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	13.201	4,25%
Desoneração da Folha de Salários	12.362	3,98%
Desenvolvimento Regional	11.027	3,55%
Outros	52.754	16,99%
<b>TOTAL</b>	<b>310.520</b>	<b>100%</b>

**QUADRO XXXIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**MAIORES GASTOS TRIBUTÁRIOS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



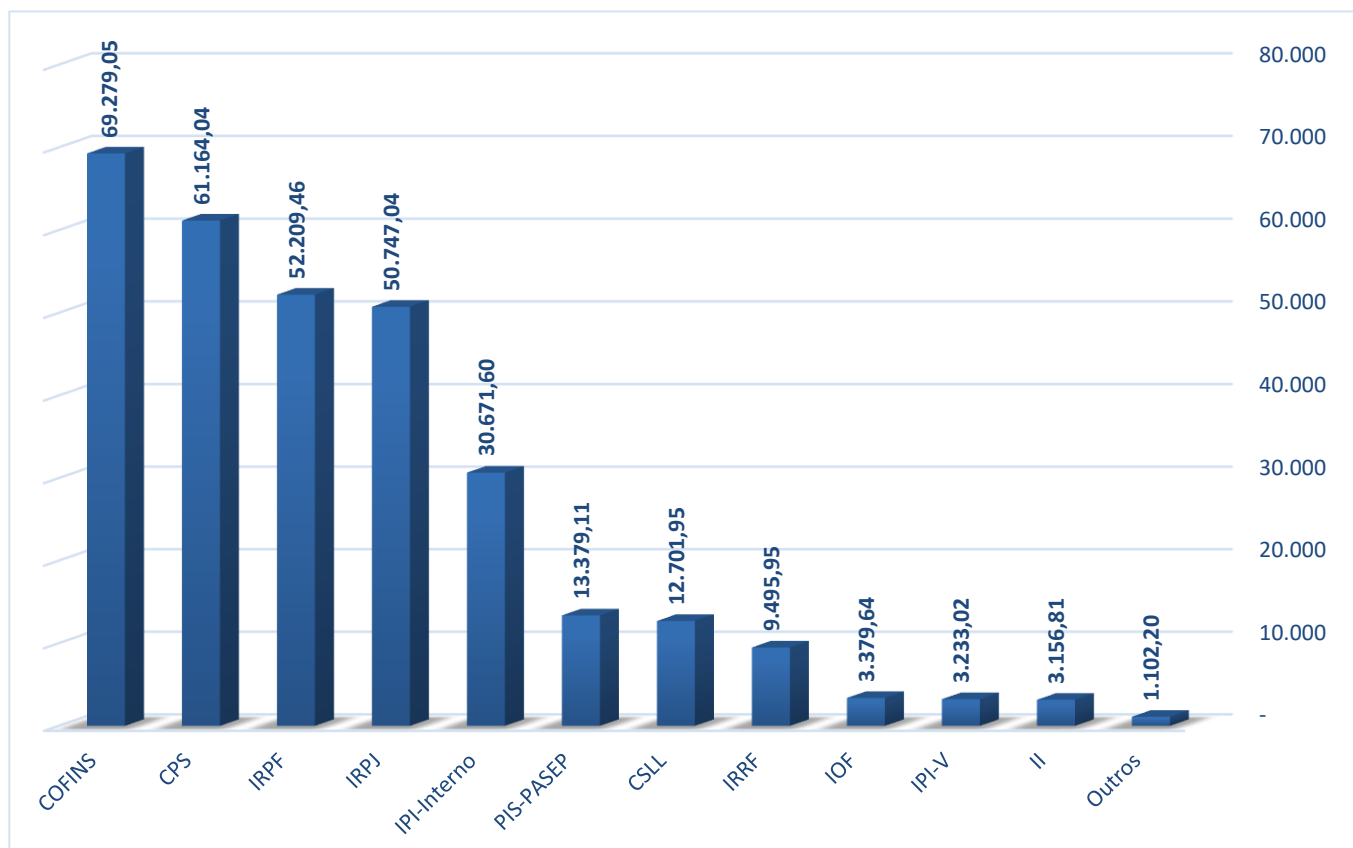
FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$ milhões	
	VALOR	%
Comércio e Serviço	77.626	25,00%
Saúde	53.136	17,11%
Trabalho	42.100	13,56%
Agricultura	35.725	11,50%
Indústria	34.699	11,17%
Assistência Social	17.989	5,79%
Educação	12.782	4,12%
Ciência e Tecnologia	11.149	3,59%
Habitação	7.234	2,33%
Transporte	5.724	1,84%
Energia	4.011	1,29%
Outros	8.347	2,69%
<b>TOTAL</b>	<b>310.520</b>	<b>100%</b>

**QUADRO XL**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INDÚSTRIA**



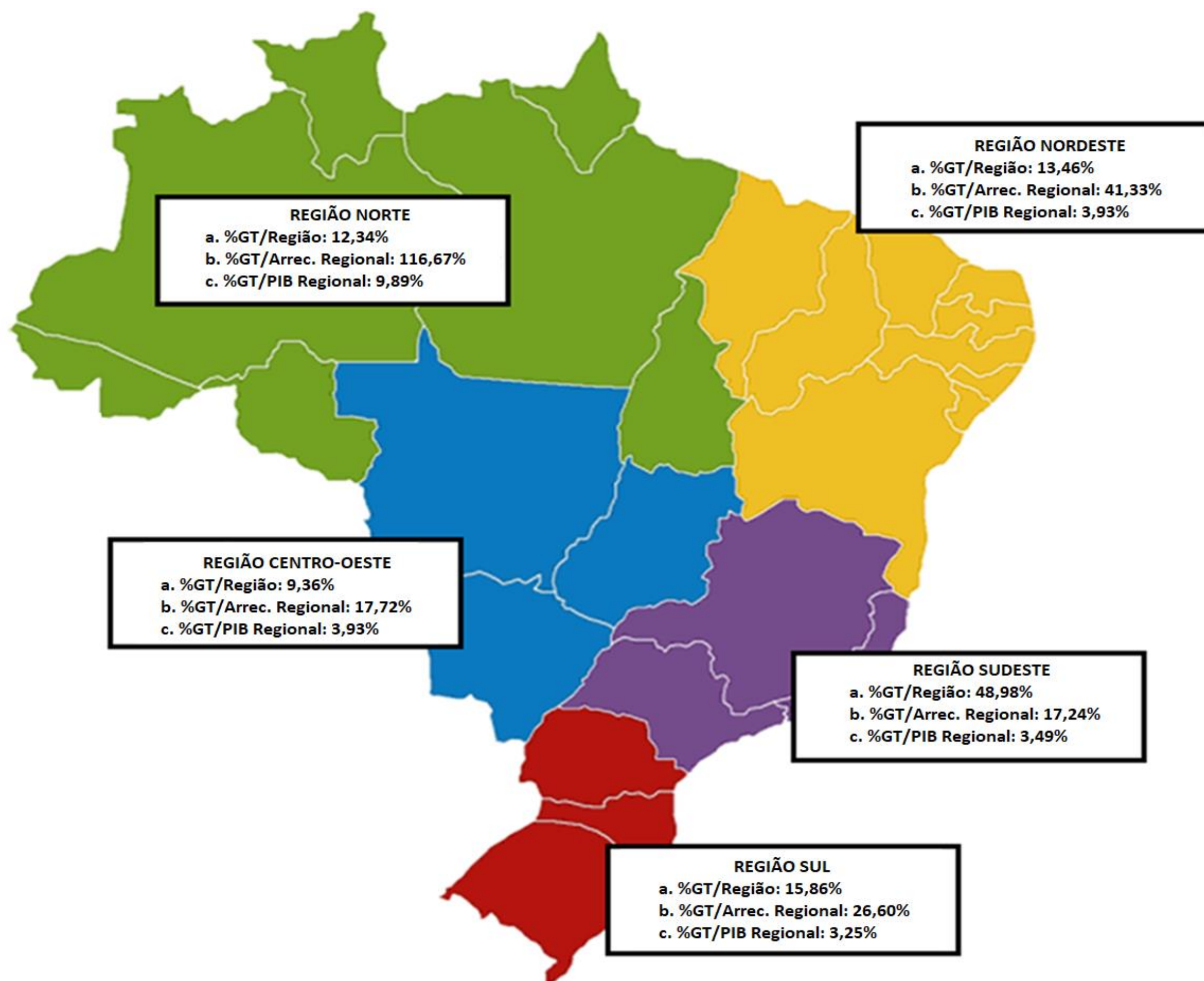
FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO - INDÚSTRIA	VALOR	%
Simples Nacional	10.017.560.566,87	28,87%
Zona Franca de Manaus	9.350.898.351,48	26,95%
Setor Automotivo	5.377.573.000,00	15,50%
SUDENE	4.932.255.809,47	14,21%
SUDAM	3.230.162.716,23	9,31%
Petroquímica	1.337.886.645,23	3,86%
Fundos Constitucionais	228.912.772,49	0,66%
Mercadorias Norte e Nordeste	175.530.259,89	0,51%
Amazônia Ocidental	48.316.033,03	0,14%
<b>TOTAL</b>	<b>34.699.096.155</b>	<b>100%</b>

**QUADRO XLI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS POR TRIBUTOS**



TRIBUTOS	R\$ milhões	
	VALOR	%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	69.279,05	22,31%
Contribuição para a Previdência Social	61.164,04	19,70%
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	52.209,46	16,81%
Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	50.747,04	16,34%
Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno	30.671,60	9,88%
Contribuição Social para o PIS-PASEP	13.379,11	4,31%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	12.701,95	4,09%
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	9.495,95	3,06%
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	3.379,64	1,09%
Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado	3.233,02	1,04%
Imposto sobre Importação - II	3.156,81	1,02%
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	1.036,04	0,33%
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	43,37	0,01%
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE	19,99	0,01%
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	2,80	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>310.519,88</b>	<b>100,00%</b>

**QUADRO XLII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**POR REGIÃO GEOGRÁFICA - PIB - ARRECADAÇÃO**



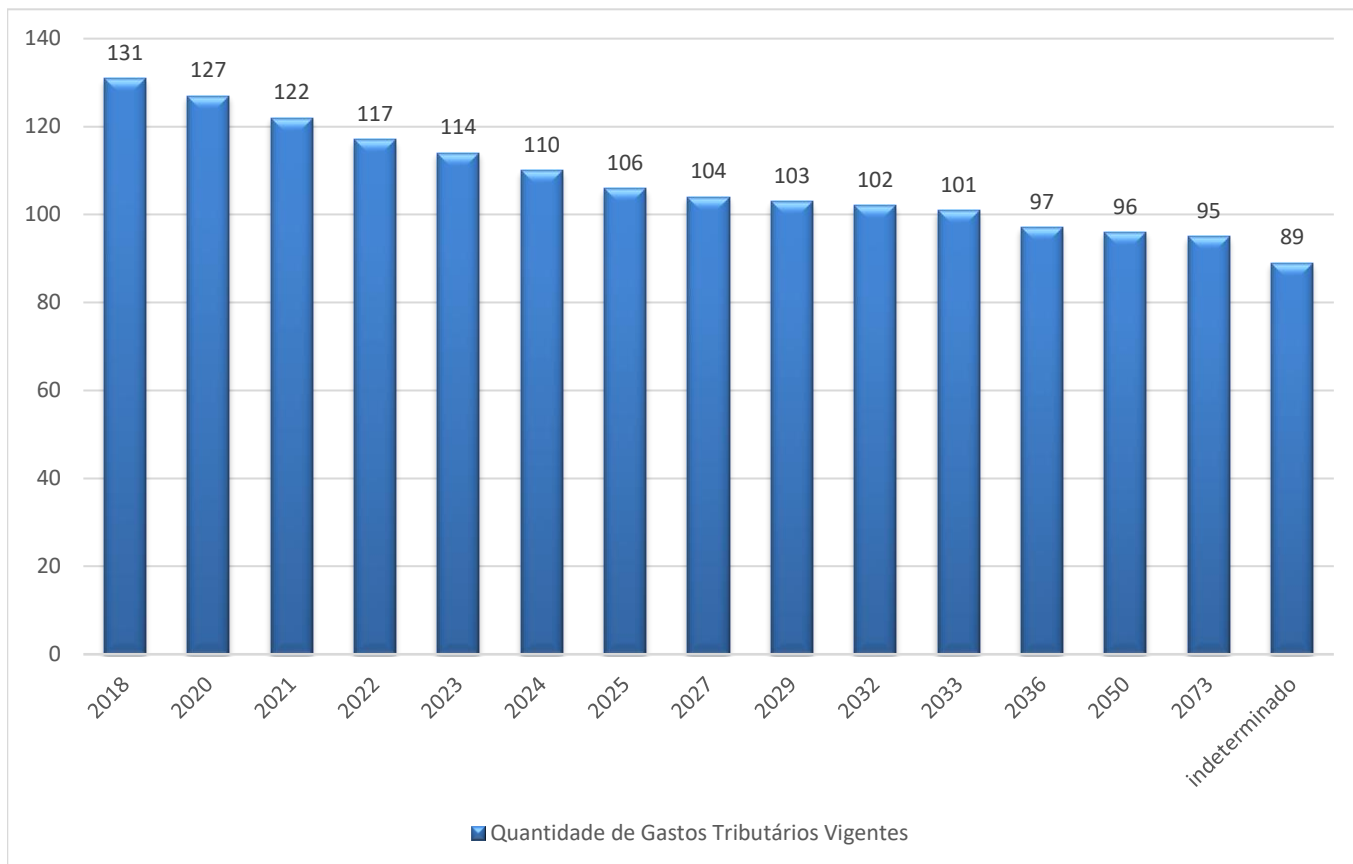
REGIÃO	Gasto Tributário*	% GT/Região**	% GT/Arrecadação Regional	% GT/PIB Regional***
NORTE	38.323	12,34	116,67	9,89%
NORDESTE	41.798	13,46	41,33	3,93%
CENTRO-OESTE	29.052	9,36	17,72	3,93%
SUDESTE	152.088	48,98	17,24	3,49%
SUL	49.259	15,86	26,60	3,25%
<b>TOTAL</b>	<b>310.520</b>	<b>100,00</b>	<b>22,74</b>	<b>3,85%</b>

\* R\$ milhões

\*\* Fonte: RFB / IBGE

\*\*\* Exceto CPSS

**QUADRO XLIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**QUANTIDADE DE GASTOS TRIBUTÁRIOS VIGENTES**



Ano	Quantidade de Gastos Tributários a serem encerrados no período	Quantidade de Gastos tributários Vigentes
2018	4	131
2020	5	127
2021	5	122
2022	3	117
2023	4	114
2024	4	110
2025	2	106
2027	1	104
2029	1	103
2032	1	102
2033	4	101
2036	1	97
2050	1	96
2073	6	95
indeterminado	-	89
<b>Total de Gastos Tributários Vigentes</b>		<b>131</b>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRA, P. Y JORRATT M. [2002] “Medición del Gasto Tributario em Chile”. Documento presentado en el Seminario Regional de Política Fiscal, CEPAL.

BID. Los presupuestos de gastos tributários. Conceptos y desafíos de implementación. 2009.

CIAT. Manual de Boas Práticas na Medição de Gastos Tributários – Uma experiência Iberoamericana. Panamá, 2011.

CIAT. La medición y control de la erosión de las bases tributarias: Los gastos tributários y la evasión tributaria. 40ª Asamblea General. Chile.

PARTHASARATHI, Shome. Tax Policy Handbook. Washington, D.C, International Monetary Fund, 1995.

SEGURA, José V. Sevilla. Política Y Técnica Tributárias. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 2004.

**ANEXO I - GASTOS TRIBUTÁRIOS – IDENTIFICAÇÃO, INCLUSÕES, EXCLUSÕES  
E PRORROGAÇÕES**



**QUADRO XLIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS IDENTIFICADOS (PERÍODO: 2016 EM DIANTE)\***

<b>NOME</b>	<b>TRIBUTO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>PRAZO DE VIGÊNCIA</b>
Papel - Jornais e Periódicos	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.	30/04/2016
Papel - Jornais e Periódicos	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.	30/04/2016
REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	COFINS	Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.	30/06/2016
REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	PIS-PASEP	Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.	30/06/2016
REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	II	Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, V.	30/06/2016
REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	IPI-Interno	Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.	30/06/2016
REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	IPI-Vinculado	Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, IV.	30/06/2016

Álcool	COFINS	Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º; Lei nº 12.995/14, art. 6º; Decreto nº 7.997/13.	31/12/2016
Álcool	PIS-PASEP	Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º, Decreto nº 7.997/13.	31/12/2016
REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações	COFINS	Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.	31/12/2016
REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.	31/12/2016
REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações	IPI-Interno	Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.	31/12/2016
Vale-Cultura	IRPJ	Lei nº 12.761/12, art. 10.	31/12/2016
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital	CIDE	Lei nº 11.484/07, art. 14, § 3º e art. 66.	22/01/2017
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital	COFINS	Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.	22/01/2017
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital	PIS-PASEP	Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.	22/01/2017
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital	II	Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico art. 14, § 5º.	22/01/2017
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital	IPI-Interno	Lei nº 11.484/07, art. 12 ao 22 e 66.	22/01/2017
PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital	IPI-Vinculado	Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico: art. 14, III, art. 15, II .	22/01/2017

REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	COFINS	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	PIS-PASEP	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	IPI-Interno	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	IPI-Vinculado	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11, em específico: art. 8º, IV.	20/09/2017
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia	IRPJ	Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.	31/12/2017
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste	IRPJ	Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.	31/12/2017
Inovar-Auto - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores	IPI-Interno	Lei nº 12.715/12, arts. 40 a 44; Decreto nº 7.819/12.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	AFRMM	Lei nº 12.780/13, art. 4º, § 1º, VII; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VII.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	CIDE	Lei nº 12.780/13, art. 4º, § 1º, VIII e IX; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VIII e IX.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	CPS	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	CONDECINE	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017

Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	COFINS	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	PIS-PASEP	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	CSLL	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	IRPJ	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	IRRF	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	II	Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, II; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, II.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	IOF	Lei nº 12.780/13, art. 8º, I, b, § 1º, art. 9º, I, c, § 1º e art. 10, I, c, § 1º; Decreto nº 8.463/15, art. 11, b, § 1º, art. 12, I, c, § 1º, art. 13, I, c, § 1º.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	IPI-Interno	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	IPI-Vinculado	Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, I; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, I.	31/12/2017
Creches e Pré-Escolas	COFINS	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Creches e Pré-Escolas	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Creches e Pré-Escolas	CSLL	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Creches e Pré-Escolas	IRPJ	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	IRPF	Lei nº 9.250/95 art. 12, VII, § 3º.	31/12/2018

Resíduos Sólidos	IPI-Interno	Lei nº 12.375/10, art. 5º; Lei nº 13.097/15, art. 7º; Decreto nº 7.619/2011.	31/12/2018
Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas	COFINS	Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.	31/12/2018
Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.	31/12/2018
RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira	COFINS	Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.	11/06/2020
RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira	PIS-PASEP	Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.	11/06/2020
RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira	IPI-Interno	Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.	11/06/2020
RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira	IPI-Vinculado	Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.	11/06/2020
Desoneração da Folha de Salários	CPS	Lei nº 12.546/12, arts. 7º a 11; Lei nº 12.715/12, arts. 55 e 56; Lei nº 12.794/13, arts. 1º e 2º; MP nº 601/12; MP nº 612/13, arts. 25 e 26; Lei nº 12.844/13; Lei nº 13.043/14, art. 53; Lei nº 13.161/15; Lei nº 13.202/15.	31/12/2020
Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência	IRPF	Lei nº 12.715/12, arts. 3º e 4º; Lei nº 9250/85, art. 12, VIII; Lei nº 13.169/15, art. 10.	31/12/2020
Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	IRPF	Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 13.169/15, art. 10.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	COFINS	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	PIS-PASEP	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	II	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, III.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	IPI-Interno	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	IPI-Vinculado	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, II; Lei nº 13.043/14, art. 86.	31/12/2020

REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	COFINS	Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º.	31/12/2020
REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	PIS-PASEP	Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º.	31/12/2020
REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	II	Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º.	31/12/2020
REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	IPI-Interno	Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º.	31/12/2020
REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária	IPI-Vinculado	Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º.	31/12/2020
Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência	IPI-Interno	Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126.	31/12/2021
Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência	IRPJ	Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.	31/12/2021
Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica	IRPJ	Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.	31/12/2021
TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros	IPI-Interno	Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126.	31/12/2021
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	COFINS	Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15.	22/01/2022
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	PIS-PASEP	Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15.	22/01/2022
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	II	Lei 11.484/07, arts. 1º a 11, em específico: art. 3º, § 5º; Lei nº 13.159; Lei nº 13.169/15, art. 12.	22/01/2022
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	IPI-Interno	Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15.	22/01/2022
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	IPI-Vinculado	Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11, 64 e 65, em específico: art. 3º, III, art. 4º, II, art. 5º; Lei nº 13.159/15; Lei nº 13.169/15, art. 12.	22/01/2022

Incentivo ao Desporto	IRPF	Lei nº 11.438/06, art. 1º.	31/12/2022
Incentivo ao Desporto	IRPJ	Lei nº 11.438/06; Lei nº 13.155/15, art. 43.	31/12/2022
Leasing de Aeronaves	IRRF	Lei nº 11.371/06, art. 16; Lei nº 9481/97, art. 1º, V; Lei nº 13.043/14, art. 89.	31/12/2022
Rota 2030	CSLL	MP nº 843/18; Lei nº 13755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art. 19.	31/07/2023
Rota 2030	IRPJ	MP 843/2018; Lei 13.755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art.19.	31/07/2023
Rota 2030	II	MP nº 843/18; Lei nº 13.755/18, art. 21; Decreto nº 9.557/18, art.34.	31/12/2023
SUDAM - Redução por Reinvestimento	IRPJ	Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/2012, art. 69; Lei nº13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.	31/12/2023
SUDENE - Redução por Reinvestimento	IRPJ	Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.	31/12/2023
Atividade Audiovisual	IRPF	Lei nº 8.685/93, arts. 1º e 1º-A; Lei nº 9.532/97, art. 22; Lei nº 9.250/95, art. 12; MP nº 2.228/01, art. 44.	31/12/2024
Atividade Audiovisual - Dedução Despesa Operacional	IRPJ	Lei nº 8.685/93, art. 1º, § 4º; Decreto nº 3.000/99 art. 372, § único; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13.	31/12/2024
Atividade Audiovisual - Dedução IR	IRPJ	Lei nº 8.685/93, arts. 1º, 1º-A; Lei nº 9.323/96, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º e 6º; Lei nº 11.437/06, arts. 7º, 8º e 9º; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º, arts. 44 e 45; Lei 13.594/18, art. 3º.	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	COFINS	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	PIS-PASEP	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	II	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2024

RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	IPI-Interno	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	IPI-Vinculado	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2024
Setor Automotivo - Empreendimento industriais Sudam, Sudene, Centro-Oeste	IPI-Interno	Lei nº 9.826/99; Lei nº 12.218/10; Lei nº 12.973/14; Lei nº 13.043/14; Decreto nº 7.422/10.	31/12/2025
Setor Automotivo - Novos Projetos empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste	IPI-Interno	Lei nº 12.407/11; Lei nº 13.755/18; Decreto nº 10.457/2020.	31/12/2025
Rota 2030	IPI-Interno	MP nº 843/18, art. 2º; Lei nº 13.755/18, art. 2; Decreto nº 9.557/18, art.42.	31/12/2027
Informática e Automação	CSLL	Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.	31/12/2029
Informática e Automação	IRPJ	Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.	31/12/2029
Informática e Automação	IPI-Interno	Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Decreto nº 5.906/06.	31/12/2029
RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa	COFINS	Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/13.	22/03/2032
RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa	PIS-PASEP	Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.	22/03/2032
RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa	IPI-Interno	Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.	22/03/2032
RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa	IPI-Vinculado	Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11, em específico: art. 9º, IV; Decreto nº 8.122/2013.	22/03/2032
SUDAM - Isenção Projeto Tecnologia Digital	IRPJ	Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69, Lei nº 12.995/14, art. 10.	31/12/2033



SUDAM - Redução 75% Projeto Setor Prioritário	IRPJ	MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69, Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.	31/12/2033
SUDENE - Isenção Projeto Tecnologia Digital	IRPJ	Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10.	31/12/2033
SUDENE - Redução 75% Projeto Setor Prioritário	IRPJ	MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.	31/12/2033
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	CIDE	Lei nº 11.484/07, art. 3º, § 3º, arts. 5º e 65; Lei nº 13.169/15, art. 12.	31/12/2036
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	CSLL	Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19.	31/12/2036
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	IRPJ	Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19.	31/12/2036
Áreas de Livre Comércio	II	Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art.11, § 2º; Lei nº 9065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.	31/12/2050
Áreas de Livre Comércio	IPI-Interno	Lei nº 7.965/89, arts. 4º, 6º e 13; Lei nº 8.210/91, arts. 6º e 13; Lei nº 8.256/91, arts. 7º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 8.857/94, art. 7º; Lei nº 8.981/95, arts. 108, 109 e 110; Lei nº 13.023/14, art. 3º; Lei nº 11.898/09; Decreto nº 8.597/15.	31/12/2050
Áreas de Livre Comércio	IPI-Vinculado	Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 9.065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.	31/12/2050
Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 14-A.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 14-A.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital	COFINS	Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital	PIS-PASEP	Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.	05/10/2073

Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM	COFINS	Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM	PIS-PASEP	Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	II	Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	IPI-Interno	Decreto-Lei nº 288/67, arts. 4º, 9º, § 1º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto nº 1.435/75, art. 6º.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	IPI-Interno	Decreto-Lei nº 288/67, art. 4º, 9º, § 1º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 1.435/75, art. 6º.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental	IPI-Vinculado	Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas	COFINS	Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 13.097/15, art. 147.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas	PIS-PASEP	Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 13.097/15, art. 147.	05/10/2073
Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias	COFINS	Lei nº 10.996/04, art. 2º; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 11.196/05, art. 65.	05/10/2073

Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias	PIS-PASEP	Lei nº 10.996/04, art. 2º; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 11.196/05, art. 65.	05/10/2073
Academia Brasileira de Letras - ABL	CPS	Lei nº 13.353/16, art 1º; Lei Complementar nº 70/91, art 6º.	indeterminado
Academia Brasileira de Letras - ABL	PIS-PASEP	Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/2001, art. 13-A.	indeterminado
Academia Brasileira de Letras - ABL	IRRF	Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.	indeterminado
Academia Brasileira de Letras - ABL	IOF	Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.	indeterminado
Aerogeradores	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.	indeterminado
Aerogeradores	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.	indeterminado
Agricultura e Agroindústria - crédito presumido	COFINS	Lei nº 10.925/04, art. 8º.	indeterminado
Agricultura e Agroindústria - crédito presumido	PIS-PASEP	Lei nº 10.925/04, art. 8º.	indeterminado
Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários	COFINS	Lei nº 10.925/04, art. 1º, inciso II.	indeterminado
Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários	PIS-PASEP	Lei nº 10.925/04, art. 1º, inciso II.	indeterminado
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	COFINS	Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.	indeterminado
Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica	PIS-PASEP	Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.	indeterminado
Água Mineral	COFINS	Lei nº 12.715/12, art. 76.	indeterminado
Água Mineral	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, art. 76.	indeterminado
Amazônia Ocidental	AFRMM	Lei nº 10.893/04, art. 14, V, g.	indeterminado
Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais	IRPF	Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XV; Lei nº 12.469/11; Lei nº 13.149/15.	indeterminado
Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente	IRPF	Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV; Lei nº 11.052/04.	indeterminado
Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados	CSLL	Lei nº 9.249/95, art. 13, V.	indeterminado
Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados	IRPJ	Lei nº 9.249/95, art. 13, V.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	CPS	Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.	indeterminado

Associação Brasileira de Imprensa - ABI	PIS-PASEP	Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	IRRF	Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	IOF	Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.	indeterminado
Associações de Poupança e Empréstimo	IRPJ	Decreto-Lei nº 70/66, arts. 1º e 7º.	indeterminado
Associações de Poupança e Empréstimo	IRRF	Lei nº 9.430/96, art. 57.	indeterminado
Atividade Audiovisual	IRRF	Lei nº 8.857/95, arts. 3º e 3º-A, Decreto-Lei nº 1.089/70, Lei nº 9.430/96, art. 72.	indeterminado
Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência	IOF	Lei nº 8.383/91, art. 72, IV; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.	indeterminado
Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual	IRPJ	Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.	indeterminado
Biodiesel	COFINS	Lei nº 11.116/05, arts. 1º a 13, Decreto 5.297/04, art. 4º, Decreto nº 6.459/08, Decreto nº 7.769/12.	indeterminado
Biodiesel	PIS-PASEP	Lei nº 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto nº 5.297/04, art. 4º.	indeterminado
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	COFINS	Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28.	indeterminado
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28.	indeterminado
Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura	IRPJ	Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.	indeterminado
Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura	IRRF	Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.	indeterminado
Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	IRPJ	Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.	indeterminado
Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	IRRF	Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.	indeterminado
Despesas com Educação	IRPF	Lei nº 9.250/95, art. 8º; Lei nº 12.469/11.	indeterminado
Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas	IRPJ	Lei nº 4.506/64, art.53; Decreto-Lei nº 756/69, art. 32, a; Lei nº 7.735/89, art. 2º; MP nº 2.216-37/01.	indeterminado
Despesas Médicas	IRPF	Lei nº 9.250/95, art. 8º, II, a.	indeterminado
Doações a Entidades Cívis Sem Fins Lucrativos	CSLL	Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59.	indeterminado
Doações a Entidades Cívis Sem Fins Lucrativos	IRPJ	Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59.	indeterminado
Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	CSLL	Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, II.	indeterminado
Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa	IRPJ	Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, II.	indeterminado
Doações de Bens para Entidades Filantrópicas	AFRMM	Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, a.	indeterminado

Dona de Casa	CPS	Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, b.	indeterminado
Embarcações	IPI-Interno	Lei nº 9.493/97, art. 10; Lei nº 11.774/08, art. 15; Decreto nº 6.704/08.	indeterminado
Embarcações e Aeronaves	COFINS	MP nº 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º.	indeterminado
Embarcações e Aeronaves	PIS-PASEP	MP 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º.	indeterminado
Embarcações e Aeronaves	II	Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j; Lei nº 8.402/92, art. 1º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.	indeterminado
Embarcações e Aeronaves	IPI-Vinculado	Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j e art. 3º, I; Lei nº 8.402/92, art. 1º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.	indeterminado
Empresa cidadã	IRPJ	Lei nº 11.770/08.	indeterminado
Entidades Filantrópicas	CPS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado

Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Científica	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Científica	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Científica	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Educação	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Educação	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Educação	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado

Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa	COFINS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa	CSLL	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa	IRPJ	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.	indeterminado
Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial	COFINS	Lei nº 13.043/14, art. 70.	indeterminado
Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial	PIS-PASEP	Lei nº 13.043/14, art. 70.	indeterminado
Evento Esportivo, Cultural e Científico	CIDE	Lei nº 11.488/07, art. 38.	indeterminado
Evento Esportivo, Cultural e Científico	COFINS	Lei nº 11.488/07, art. 38.	indeterminado
Evento Esportivo, Cultural e Científico	PIS-PASEP	Lei nº 11.488/07, art. 38.	indeterminado
Evento Esportivo, Cultural e Científico	II	Lei nº 11.488/07, art. 38.	indeterminado
Evento Esportivo, Cultural e Científico	IPI-Vinculado	Lei nº 11.488/07, art. 38.	indeterminado
Exportação da Produção Rural	CPS	Constituição Federal do Brasil 1988, art. 149, § 2º, I; Lei nº 8.870/94, art. 25.	indeterminado
Financiamentos Habitacionais	IOF	Decreto-Lei nº 2.407/88; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, I.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado

FIP-PD&I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-PD&I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
Fundos Constitucionais	IOF	Lei nº 7.827/89, art. 8º; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, III.	indeterminado
Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	IRPF	Lei nº 8.069/90, art. 260, II; Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.	indeterminado
Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente	IRPJ	Lei nº 8.069/90, art. 260; Lei nº 12.594/12, art. 87.	indeterminado
Fundos do Idoso	IRPF	Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.	indeterminado
Fundos do Idoso	IRPJ	Lei nº 12.213/10; Lei nº 12.594/12, art. 88.	indeterminado
Funrural	CPS	Lei nº 13.606/18.	indeterminado
Gás Natural Liquefeito	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI; Lei nº 11.727/08.	indeterminado
Gás Natural Liquefeito	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI; Lei nº 11.727/08.	indeterminado
Horário Eleitoral Gratuito	IRPJ	Lei nº 9.096/95, art. 52, parágrafo único; Lei nº 9.504/97, art. 99; Decreto nº 7.791/2012.	indeterminado
Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho	IRPF	Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V; Lei nº 8.036/90, art. 28.	indeterminado
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI; Lei nº 12.599/12.	indeterminado
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI; Lei nº 12.599/12.	indeterminado
Inovação Tecnológica	CSLL	Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º.	indeterminado
Inovação Tecnológica	IRPJ	Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º.	indeterminado
Inovação Tecnológica	IRRF	Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso VI.	indeterminado
Inovação Tecnológica	IPI-Interno	Lei nº 11.196/05, art. 17; Decreto nº 5.798/06.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	CPS	Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	PIS-PASEP	Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	IRRF	Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/1997, art. 15.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	IOF	Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/1994, art. 6-A.	indeterminado



ITR	ITR	Lei nº 9.393/96, art. 3º, I e II, art. 3º-A.	indeterminado
Livros	COFINS	Lei nº 10.865/04, arts. 8º, §12, XII e 28, VI; Lei nº 11.033/04, art. 6º.	indeterminado
Livros	PIS-PASEP	Lei nº 11.033/04, art. 6º.	indeterminado
Livros, Jornais e Periódicos	AFRMM	Lei nº 10.893/04, art. 14, II.	indeterminado
Máquinas e Equipamentos - CNPq	COFINS	Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.	indeterminado
Máquinas e Equipamentos - CNPq	PIS-PASEP	Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.	indeterminado
Máquinas e Equipamentos - CNPq	II	Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e, f e g; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º; Decreto nº 6.759/09, art. 136; Decreto nº 9.283/2018, art. 71.	indeterminado
Máquinas e Equipamentos - CNPq	IPI-Vinculado	Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e e f, art. 3º, I; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º.	indeterminado
Medicamentos	COFINS	Lei nº 10.147/00.	indeterminado
Medicamentos	PIS-PASEP	Lei nº 10.147/00.	indeterminado
MEI - Microempreendedor Individual	CPS	Lei complementar nº 123/06, art. 18-A, § 3º, V, a e § 11; Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, a.	indeterminado
Mercadorias Norte e Nordeste	AFRMM	Lei nº 9.432/97, art. 17; Lei nº 10.893/04, art. 4º, Parágrafo único, inciso I; Lei nº 11.033/04, art. 18; Lei nº 11.482/07, art. 11; Lei nº 12.507/11, art. 3º; Lei nº 13.458/17; Decreto nº 8.257/14, art. 4º, incisos II, III e IV e Parágrafo único.	indeterminado
Minha Casa, Minha Vida	COFINS	Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 12.844/13, art. 16; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.	indeterminado
Minha Casa, Minha Vida	PIS-PASEP	Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.	indeterminado
Minha Casa, Minha Vida	CSLL	Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.	indeterminado
Minha Casa, Minha Vida	IRPJ	Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.	indeterminado
Motocicletas	IOF	Decreto nº 6.306/07, art. 8, XXVI; Decreto nº 9.017/17.	indeterminado
PAIT - Planos de Poupança e Investimento	IRPJ	Decreto-Lei nº 2.292/86, art. 5º, § 2º.	indeterminado
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	IRPJ	Lei nº 6.321/76, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º, 6º, inciso I.	indeterminado
Pesquisas Científicas	AFRMM	Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, e; Lei nº 12.599/12, art. 1º.	indeterminado

Petroquímica	COFINS	Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.	indeterminado
Petroquímica	PIS-PASEP	Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.	indeterminado
Poupança	IRRF	Lei nº 8.981/95, art. 68, III.	indeterminado
Previdência Privada Fechada	CSLL	Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º; IN SRF 588/05, art. 17.	indeterminado
Previdência Privada Fechada	IRPJ	Decreto-Lei 2.065/83, art. 6º; IN SRF nº 588/05, art. 17.	indeterminado
Produtos Químicos e Farmacêuticos	COFINS	Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08.	indeterminado
Produtos Químicos e Farmacêuticos	PIS-PASEP	Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08.	indeterminado
Programa Nacional de Apoio à Cultura	IRPF	Lei nº 8.313/91, art. 18, § 3º e art. 26, I; Lei nº 9.250/95, art. 12, II; Lei nº 9.532/97, art.22; MP nº 2.228/01, art. 39, X e § 6º; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 29.	indeterminado
Programação	CONDECINE	MP nº 2.228-1/01, art. 39, VII, X; Lei nº 10.454/02.	indeterminado
Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros	IRRF	Lei nº 9.481/97, art. 1º, III; Decreto nº 6.761/09; MP nº 2.159/01, art. 9º.	indeterminado
PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução Despesa Operacional	IRPJ	Lei nº 8.313/91, art. 26, §1º; Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, I; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 30; Lei nº 8.313/91, art. 18, caput e §§ 1º e 3º; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º e inciso X, art. 53.	indeterminado
PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução IR	IRPJ	Lei nº 8.313/91, art. 26, §1º; Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, I; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 30; Lei nº 8.313/91, art. 18, caput e §§ 1º e 3º; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º e inciso X, art. 53.	indeterminado
PROUNI - Programa Universidade para Todos	COFINS	Lei nº 11.096/05.	indeterminado
PROUNI - Programa Universidade para Todos	PIS-PASEP	Lei nº 11.096/05.	indeterminado
PROUNI - Programa Universidade para Todos	CSLL	Lei nº 11.096/05.	indeterminado
PROUNI - Programa Universidade para Todos	IRPJ	Lei nº 11.096/05.	indeterminado
Rede Arrecadadora	COFINS	Lei nº 12.844/13, art. 36.	indeterminado
REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura	COFINS	Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.	indeterminado

REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura	PIS-PASEP	Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.	indeterminado
Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez	IRPF	Lei nº 7.713/88, art. 6º, incisos VII e XIII.	indeterminado
Seguro Rural	IOF	Decreto-Lei nº 73/66, art. 19; Decreto nº 6.306/07, art. 23, III; Lei Complementar nº 137/10, art. 22, III.	indeterminado
Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	CPS	Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.	indeterminado
Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	COFINS	Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.	indeterminado
Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	PIS-PASEP	Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/2014.	indeterminado
Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	CSLL	Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.	indeterminado
Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	IRPJ	Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.	indeterminado
Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	IPI-Interno	Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.	indeterminado
SUDAM - Isenção Projeto Industrial / Agrícola	IRPJ	Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.	indeterminado
SUDENE - Isenção Projeto Industrial / Agrícola	IRPJ	Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.	indeterminado
TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros	IOF	Lei nº 8.383/91, art. 72; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.	indeterminado
Termoeletricidade	COFINS	Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.	indeterminado
Termoeletricidade	PIS-PASEP	Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.	indeterminado
TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação	IRPJ	Lei nº 11.908/09, art. 11; Lei nº 11.774/08, art. 13-A.	indeterminado
Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio	IRRF	Lei nº 13.097/15, art. 90, I; Lei nº 11.033/2004, art. 3º, II a V.	indeterminado
Transporte Coletivo	COFINS	Lei nº 12.860/13.	indeterminado

Transporte Coletivo	PIS-PASEP	Lei nº 12.860/13.	indeterminado
Transporte Escolar	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.	indeterminado
Transporte Escolar	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.	indeterminado
Trem de Alta Velocidade	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.	indeterminado
Trem de Alta Velocidade	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.	indeterminado

\* De acordo com a legislação vigente até fevereiro de 2021.

**Legenda:**

**AFRMM** - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

**CIDE** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**CONDECINE** - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

**CPS** - Contribuição para a Previdência Social

**CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

**II** - Imposto sobre Importação

**IOF** - Imposto sobre Operações Financeiras

**IPI-Interno** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas

**IPI-Vinculado** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações vinculadas a importação

**IRPF** - Imposto sobre a Renda Pessoa Física

**IRPJ** - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

**IRRF** - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**ITR** - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

**PIS/Pasep** - Contribuição Social para o PIS-PASEP

**QUADRO XLV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS (PERÍODO: 2016 EM DIANTE)**

NOME	TRIBUTO	LEGISLAÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA
Vale-Cultura	IRPJ	Lei nº 12.761/12, art. 10.	31/12/2016
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	COFINS	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	COFINS	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	PIS-PASEP	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	PIS-PASEP	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	IPI-Interno	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	IPI-Interno	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	IPI-Vinculado	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11, em específico: art. 8º, IV.	20/09/2017
REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes	IPI-Vinculado	Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11, em específico: art. 8º, IV.	20/09/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	CIDE	Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, VIII e IX; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VIII e IX.	31/12/2017
Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016	CONDECINE	Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.	31/12/2017
Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas	COFINS	Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.	31/12/2018
Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.	31/12/2018

RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	COFINS	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	PIS-PASEP	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	II	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, III.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	IPI-Interno	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.	31/12/2020
RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares	IPI-Vinculado	Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, II; Lei nº 13.043/14, art. 86.	31/12/2020
Academia Brasileira de Letras - ABL	CPS	Lei nº 13.353/16, art 1º; Lei Complementar nº 70/91, art 6º.	indeterminado
Academia Brasileira de Letras - ABL	PIS-PASEP	Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/2001, art. 13-A.	indeterminado
Academia Brasileira de Letras - ABL	IRRF	Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.	indeterminado
Academia Brasileira de Letras - ABL	IOF	Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	CPS	Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	PIS-PASEP	Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	IRRF	Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.	indeterminado
Associação Brasileira de Imprensa - ABI	IOF	Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado

FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-PD&I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures	IRPJ	Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
FIP-PD&I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures	IRRF	Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	CPS	Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	PIS-PASEP	Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	IRRF	Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/1997, art. 15.	indeterminado
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB	IOF	Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/1994, art. 6-A.	indeterminado
Trem de Alta Velocidade	COFINS	Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.	indeterminado
Trem de Alta Velocidade	PIS-PASEP	Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.	indeterminado

**Legenda:**

**AFRMM** - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

**CIDE** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**CONDECINE** - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

**CPS** - Contribuição para a Previdência Social

**CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

**II** - Imposto sobre Importação

**IOF** - Imposto sobre Operações Financeiras

**IPI-Interno** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas

**IPI-Vinculado** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações vinculadas a importação

**IRPF** - Imposto sobre a Renda Pessoa Física

**IRPJ** - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

**IRRF** - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**ITR** - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

**PIS/Pasep** - Contribuição Social para o PIS-PASEP

**QUADRO XLVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS INCLUÍDOS NESTE DEMONSTRATIVO\***

<b>NOME</b>	<b>TRIBUTO</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>PRAZO DE VIGÊNCIA</b>
Informática e Automação	CSLL	Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.	31/12/2029
Informática e Automação	IRPJ	Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.	31/12/2029
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	CSLL	Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19.	31/12/2036
PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores	IRPJ	Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19.	31/12/2036

\* Em relação ao demonstrativo anterior em bases efetivas.

**Legenda:**

**AFRMM** - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

**CIDE** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**CONDECINE** - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

**CPS** - Contribuição para a Previdência Social

**CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

**II** - Imposto sobre Importação

**IOF** - Imposto sobre Operações Financeiras

**IPI-Interno** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas

**IPI-Vinculado** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações vinculadas a importação

**IRPF** - Imposto sobre a Renda Pessoa Física

**IRPJ** - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

**IRRF** - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**ITR** - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

**PIS/Pasep** - Contribuição Social para o PIS-PASEP



**QUADRO XLVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS ENCERRADOS EM 2018 (FIM DA VIGÊNCIA LEGAL)**

NOME	TRIBUTOS	LEGISLAÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA
Creches e Pré-Escolas	COFINS	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Creches e Pré-Escolas	CSLL	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Creches e Pré-Escolas	IRPJ	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Creches e Pré-Escolas	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.	31/12/2018
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	IRPF	Lei nº 9.250/95 art. 12, VII, § 3º.	31/12/2018
Resíduos Sólidos	IPI-Interno	Lei nº 12.375/10, art. 5º; Lei nº 13.097/15, art. 7º; Decreto nº 7.619/2011.	31/12/2018
Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas	COFINS	Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.	31/12/2018
Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas	PIS-PASEP	Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.	31/12/2018

**Legenda:**

**AFRMM** - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

**CIDE** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**CONDECINE** - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

**CPS** - Contribuição para a Previdência Social

**CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

**II** - Imposto sobre Importação

**IOF** - Imposto sobre Operações Financeiras

**IPI-Interno** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas

**IPI-Vinculado** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações vinculadas a importação

**IRPF** - Imposto sobre a Renda Pessoa Física

**IRPJ** - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

**IRRF** - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**ITR** - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

**PIS/Pasep** - Contribuição Social para o PIS-PASEP

**QUADRO XLVIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - ESTIMATIVAS BASES EFETIVAS 2018**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS PRORROGADOS A PARTIR DE 2018\***

NOME	TRIBUTO	LEGISLAÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA ANTERIOR	PRAZO DE VIGÊNCIA ATUAL
SUDAM - Redução por Reinvestimento	IRPJ	Lei 8.167/91, art. 19; Lei 8.191/91, art. 4º; Lei 9.532/97, art. 2º; MP 2.199-14/01, art. 3º; Lei 12.715/2012, art. 69; Lei 13.799/2019; Decreto 9.682/2019.	31/12/2018	31/12/2023
Minha Casa, Minha Vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• COFINS;</li> <li>• PIS-Pasep;</li> <li>• CSLL;</li> <li>• IRPJ.</li> </ul>	Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º; Lei nº 13.970/2019, arts.1º a 3º.	31/12/2018	Indeterminado
Mercadorias Norte e Nordeste	AFRMM	Lei 9.432/97, art. 17; Lei 10.893/04, art. 4º, Parágrafo único, inciso I; Lei 11.482/07, art. 11; Lei 11.033/04, art. 18; Decreto 8.257/14, art. 4º, incisos II, III e IV e Parágrafo único; Lei 12.507/11, art. 3º; MP 762/16; Lei 13.458/17.	08/01/2019	08/01/2022
Atividade Audiovisual	IRPF	Lei nº 8.685/93, arts. 1º e 1º-A; Lei nº 9.532/97, art. 22; Lei nº 9.250/95, art. 12; MP nº 2.228/01, art. 44.	31/12/2019	31/12/2024

Atividade Audiovisual - Dedução Despesa Operacional	IRPJ	Lei nº 8.685/93, art. 1º, § 4º; Decreto nº 3.000/99 art. 372, § único; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13.	31/12/2019	31/12/2024
Atividade Audiovisual - Dedução IR	IRPJ	Lei nº 8.685/93, arts. 1º, 1º-A; Lei nº 9.323/96, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º e 6º; Lei nº 11.437/06, arts. 7º, 8º e 9º; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º, arts. 44 e 45; Lei 13.594/18, art. 3º.	31/12/2019	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	COFINS	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2019	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	PIS-PASEP	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2019	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	II	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2019	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	IPI-Interno	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2019	31/12/2024
RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica	IPI-Vinculado	Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.	31/12/2019	31/12/2024

Desoneração da Folha de Salários	CPS	Lei nº 12.546/12, arts. 7º a 11; Lei nº 12.715/12, arts. 55 e 56; Lei nº 12.794/13, arts. 1º e 2º; MP nº 601/12; MP nº 612/13, arts. 25 e 26; Lei nº 12.844/13; Lei nº 13.043/14, art. 53; Lei nº 13.161/15; Lei nº 13.202/15.	31/12/2020	31/12/2021
Setor Automotivo - Empreendimento	IPI-Interno	Lei nº 9.826/99; Lei nº 12.218/10; Lei nº 12.973/14; Lei nº 13.043/14; Lei nº 14.076/20;	31/12/2020	31/12/2025
Setor Automotivo - Novos Projetos empreendimento	IPI-Interno	Lei nº 12.407/11; Lei nº 13.755/18; Decreto nº 10.457/2020.	31/12/2020	31/12/2025

\* De acordo com a legislação vigente até fevereiro de 2021. Prorrogações ocorridas entre o ano base e a série contemplada neste Demonstrativo.

**Legenda:**

**AFRMM** - Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante

**CIDE** - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

**COFINS** - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

**CONDECINE** - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

**CPS** - Contribuição para a Previdência Social

**CSLL** - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

**II** - Imposto sobre Importação

**IOF** - Imposto sobre Operações Financeiras

**IPI-interno** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações

**IPI-Vinculado** - Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações vinculadas a importação

**IRPF** - Imposto sobre a Renda Pessoa Física

**IRPJ** - Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica

**IRRF** - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

**ITR** - Imposto sobre Propriedade Territorial Rural

**PIS/Pasep** - Contribuição Social para o PIS-PASEP

## **CONTROLE DE VERSÕES**

a. Versão: 1.0

Data: 31 de março de 2021.

Descrição: publicação do Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas – 2018 - Série 2016 a 2021.

b. Versão: 1.01

Data: 16 de maio de 2021.

Descrição: retificação da data de início de vigência do Gasto Tributário “Setor Automotivo - Novos Projetos empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste”. Atualização do impacto tributário decorrente desse procedimento.